

Tese propõe lucro na escola pública

Peter Matheson

Se durante assembleia de professores em greve alguém dissesse que o problema do ensino municipal no Rio se resume à má administração, com excesso de escolas e professores para número cada vez menor de alunos, e concluisse que nunca se investiu tanto em educação como agora, com resultados praticamente nulos, certamente sairia debaixo de vaias. Mas Júlio Luís Batista Lopes, de 29 anos, há 10 atuando como empresário da educação, não parece ter medo de vaias nem de teses polêmicas. Ele diz e prova, com dados estatísticos obtidos na própria Secretaria Municipal de Educação, que o Rio tem mesmo escolas e professores demais para alunos de menos.

Escorado em números, Júlio pretende provar que a única saída é transformar cada escola em unidade produtiva de ensino. Todos os 49 mil professores (em

greve desde 18 de setembro), muitos deles deslocados da sala de aula, passariam a ser diretamente vinculados a determinada escola, onde receberiam inclusive os salários. Além de pagar seus professores, cada escola teria recursos próprios definidos em orçamento para contratar professores, comprar merenda e reparar ou modificar o prédio.

Ocupado em seu gabinete de trabalho, de onde comanda o Centro Educacional da Lagoa — um conjunto com quatro sedes na Zona Sul e cerca de 2.000 alunos, da creche ao segundo grau —, e com farto material estatístico comprovando sua tese, Júlio arremata que seu plano de delegar à escola o núcleo da decisão traz pelo menos uma vantagem: descentraliza e com isso pulveriza a corrupção.

Tomada a decisão política de modificar a estrutura administrativa do sistema educacional, Júlio não esconde que algumas escolas deverão até ser desativadas, porque oneram desnecessariamente o sis-

tema. Estudos e projeções com assessoria técnica determinam, segundo ele, o tamanho econômico ideal das escolas: na faixa da 1ª à 4ª séries, o ótimo fica entre 751 a 1.000 ou mais alunos, com custo mensal de NCz\$ 12.240, a preços de 1º de janeiro. Escolas nessa faixa com até 250 alunos teriam custo de até NCz\$ 30.850.

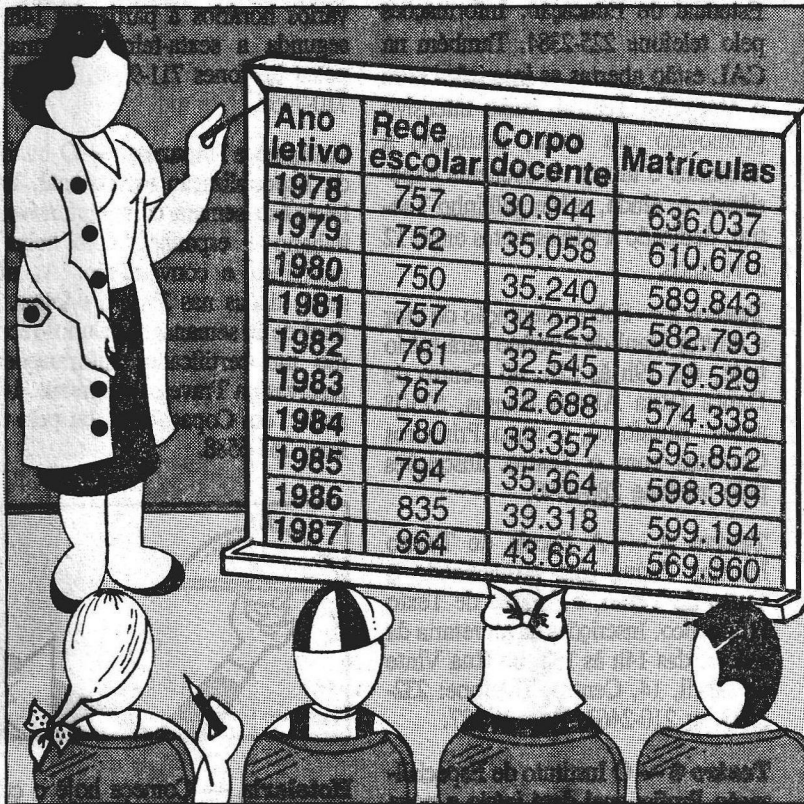
Nas escolas da 1ª à 8ª séries, o tamanho ideal reuniria de 1.001 a 1.500 alunos, com custo de NCz\$ 18.510. Escolas de até 500 alunos sobem para NCz\$ 27.765 (os valores são sempre de 1º de janeiro). Da 5ª à 8ª séries, o melhor rendimento situa-se entre 1.301 e 1.700 alunos, com custo de NCz\$ 21.595. Até 2.000, o custo sobe para NCz\$ 30.850 e, com menos de 1.000, para NCz\$ 43.190.

Outra análise, com base em informações da secretaria, mostra que, à proporção em que aumenta o número de escolas e de professores, diminui o de alunos: em 1978, havia 757 escolas, 31.000 professores e 636.000 alunos. Dez anos depois, há

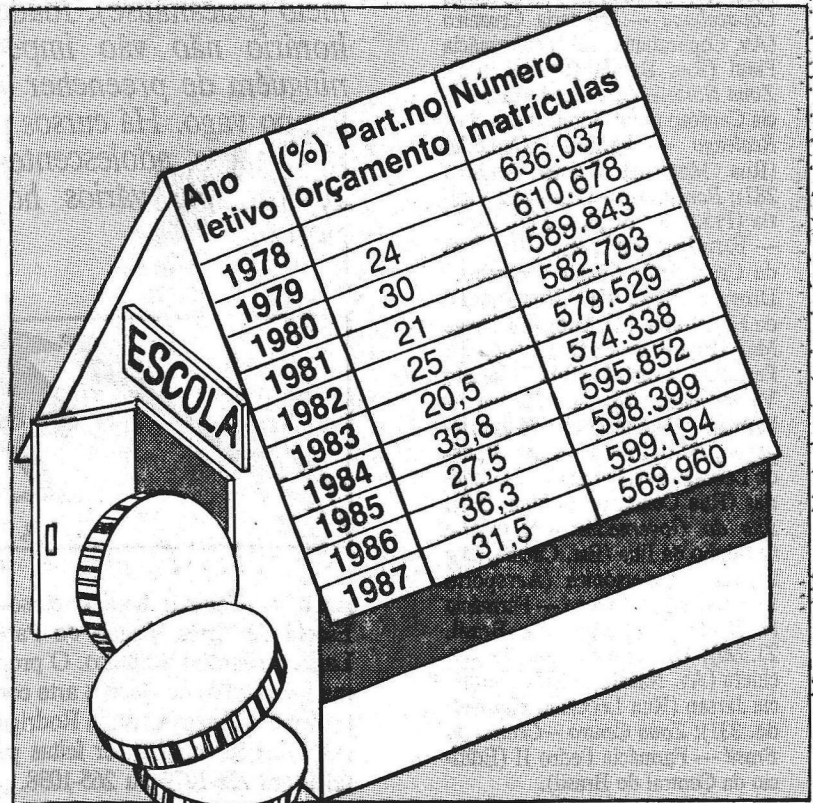
mais de 1.000 prédios escolares e 570.000 alunos para quase 44.000 professores. Menos 66.000 alunos e mais 13.000 professores.

A tese se completa com os recursos investidos, que abrangiam 24% do orçamento em 1978, com 636.000 alunos, e somam hoje 31,5%, com 570.000 alunos. Mais dinheiro, menos alunos. Júlio Lopes, que tem procurado manter contatos e difundir seu estudo entre associações de professores e equipes da Prefeitura, acredita que uma firme decisão política seria capaz de dinamizar esse processo, que tem como base a transformação da escola em unidade produtiva de ensino, dispondo de completa autonomia. Tudo o que se investe, tanto recursos financeiros, como material humano, seria traduzido em eficiência (Júlio lembra que a experiência de dar às diretoras autonomia para a compra da merenda permitiu o consumo da maior quantidade de alimentos até hoje registrada).

Diminui aluno/aumenta professor



Mais dinheiro/menos matrículas



Qualidade determina custo

A autonomia da unidade escolar implica, segundo Júlio, na adoção de política de dotações específicas e não genéricas: "Se há 1.000 escolas, pagamos indistintamente a todas e a indistintos 50.000 professores, que prestam aleatórios serviços a aproximadamente 600.000 alunos". O que ele sugere é que cada escola determine o custo de seu aluno, gerando de imediato uma adequação no desempenho da escola, tando do ponto de vista operacional, como da qualidade do ensino.

Júlio Lopes acredita que a reproporcionalização da rede do ensino municipal e os financiamentos específicos para as escolas criarão a escola do cidadão, que deixará assim de ser a escola municipal, estadual ou federal. Quanto à dimensão ótima de cada escola, Júlio diz que a capacidade ociosa da rede gira em torno de 30%, "com um completo e absurdo desequilíbrio entre a oferta e a demanda de vagas. Não há também a preocupação com o tamanho ótimo de cada unidade escolar, nem com a capacidade ociosa em algumas áreas e a ausência de salas de aula em outras".

Como exemplo da desinformação que cerca a atividade escolar, Júlio Lopes arrisca que depois de tantos meses em greve, nem o prejuízo pode ser avaliado pelos alunos e seus familiares, já que os benefícios também não são mensuráveis: "Com uma criteriosa redistribuição geo-

gráfica, as escolas ociosas deixarão de gerar custos elevados, sem oferecer um ensino de qualidade".

Ex-diretor do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Município do Rio de Janeiro e candidato derrotado à vice-presidência na chapa da oposição, Júlio Lopes acredita que se houver vontade política e se a rede municipal de ensino for redimensionada com uma distribuição geoeconômica de escolas, professores e alunos, em poucos anos haverá melhoria na qualidade do ensino, além de crescimento das matrículas. Como indicativo da eficiência que pretende, Júlio compara o quadro da Comlurb e do magistério: "Doze mil garis respondem pela limpeza de toda a cidade, varrendo ruas e coletando lixo de toda a população, sem maiores queixas, enquanto 49 mil professores, contratados para educar uma parcela inferior a 10% da população, atingindo uma relação matemática de 11 alunos para cada professor, traduzem-se, na realidade, em milhares de alunos sem professor na sala de aula".

Advertindo que a comparação não pretende menosprezar ninguém, Júlio tem procurado ampliar seu debate com o magistério organizado, lembrando que a luta por melhores salários deve deslocar-se para uma luta por uma nova administração, que produza resultados mais efetivos na escola, com benefícios para professores e alunos.

Mariléa questiona autonomia

A secretária municipal de Educação, Mariléa da Cruz, não contesta a eficiência de uma gestão empresarial que transforme a escola pública em unidade produtiva de ensino. Ela própria integrada à administração do PDT, desde a primeira administração Marcello Alencar, vangloria-se da introdução do sistema de distribuição de merenda escolar, a partir da autonomia e disponibilidade de recursos das diretoras. O que ela não admite é que essa autonomia seja absoluta, com os professores pagos diretamente pelas escolas. A secretária não se dispõe a analisar a novidade apenas no âmbito da educação, alegando que a modificação implica em alterar o sistema administrativo como um todo, sendo necessário considerar inclusive a Constituição.

Para as estatísticas coletadas, mostrando que nos últimos 10 anos diminuiu o número de alunos, enquanto se dispõe de mais escolas e professores, além da crescente soma de recursos disponíveis, Mariléa da Cruz projeta essa disponibilidade como garantia de que a promessa, sempre repetida, do turno único pode estar mais próxima: "Nossa proposta é de que nos quatro anos de governo possamos chegar a 40% das escolas com horário integral para os alunos".

Ela diz que pode haver mais professores e menor número de alunos, porque "a proposta pedagógica mudou", mas lembra que até 79, no currículo da 5ª à 8ª séries, os professores eram obrigados a

carga horária maior. Reduzindo-se a carga horária, surgiu a necessidade de novas contratações. As muitas escolas correspondem a número maior com dois turnos, em vez de três. Para justificar a redução do número de alunos, ela se baseia em dados estatísticos do IBGE, que mostram que o crescimento populacional da cidade não se traduz por nascimentos e, portanto, alunos potenciais, mas por migrantes, nem sempre ou quase nunca alunos.

Aos 42 anos e com 22 de magistério, tendo sido subsecretária de Educação na administração da professora Maria Yeda Linhares e superintendente de Pessoal na administração Saturnino Braga ("quando ele ainda estava no PDT", ela faz questão de acrescentar), Mariléa da Cruz acredita que a crise do ensino público tem componente mais conjuntural do que estrutural e não é específica da educação, mas a todos os trabalhadores. "Baixos salários traduzem queda na qualidade do ensino", admite, mas lembra que "no passado o professor era respeitado, ainda que os salários não fossem altos".

A escola como unidade produtiva, gerenciada como empresa, é um dado a considerar, mas a secretária diz que, se a classe média saiu do ensino público e não volta, por crise conjuntural da Prefeitura, não é menos verdade que há pouco tempo ela retornava à escola pública, por não poder pagar as mensalidades da escola particular.